

Expediente: Ofício nº 2004/2016  
Processo: 0020792-2/2016  
Requerente: PJC  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À CMGP. Para pronunciamento

Expediente: Ofício nº 029/2016  
Processo: 0014474-2/2016  
Requerente: CMGP  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À CMGP. Para que observe a conclusão do Conselheiro DR. Orlando Rochadel Moreira, datado 26/04/16

Expediente: CI nº 193/2016  
Processo: 0021840-6/2016  
Requerente: PJ de Petrolina  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À CMGP. Para as providências necessárias

Expediente: CI nº 070/2016  
Processo: 0020998-1/2016  
Requerente: CMAD  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À CMFC para cumpridas as formalidades legais providenciar a realização de despesa.

Expediente: CI 116/2016  
Processo: 0021770-8/2016  
Requerente: CMAD  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À GMECS, para providenciar cotações de preços.

Expediente: CI 081/2016  
Processo: 0021395-2/2016  
Requerente: CMAD  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À CMFC, para cumpridas as formalidades legais, providenciar a realização da despesa.

Expediente: Ofício 005/2016  
Processo: 0021624-6/2016  
Requerente: Dr. Carlos Roberto Santos  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À CMFC, para cumpridas as formalidades legais, providenciar a realização da despesa.  
  
Expediente: CI 263/2016  
Processo: 0021401-8/2016  
Requerente: DEMTR  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À CMFC, para cumpridas as formalidades legais, providenciar a realização da despesa.

Expediente: Ofício 023/2016  
Processo: 0021619-1/2016  
Requerente: Dr. Francisco Dirceu Barros  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À AMSI, Para análise e pronunciamento.

Expediente: Req./2016  
Processo: 0019530-0/2016  
Requerente: Pablo Goes de Almeida  
Assunto: Solicitação  
Despacho: Publique-se. Após, devolva-se à CMGP para as necessárias providências.

Expediente: Ofício Sub Atma nº 73/2015  
Processo: 0030595-4/2015  
Requerente: Dra. Lais Coelho Teixeira Cavalcanti  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À CMGP, Acolho a Cota da Assessoria Jurídica Ministerial nº 03/2016, e encaminhando para as providências necessárias.

Expediente: Req./2016  
Processo: 0021728-2/2016  
Requerente: Zilda Maria de A Oliveira  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À CMGP, Autorizo. Segue para as providências necessárias

Expediente: Ofício Sub Atma nº 57/2015  
Processo: 0026255-2/2015  
Requerente: Dra. Lais Coelho Teixeira Cavalcanti  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À CPPAD, Com base nas informações prestadas nos autos e bem assim, no ofício Atma nº 57/2015, determino a instauração de sindicância para apurar os fatos.

Expediente: CI 061/2016  
Processo: 0021709-1/2016  
Requerente: DMDRH  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À AMPEO, para informar a dotação orçamentária.

Expediente: Email/2016  
Processo: 0019785-3/2016  
Requerente: Dr. José Rony Silva Almeida  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À AJM e CMGP, para pronunciamento.

Expediente: CI 117/2016  
Processo: 0021788-8/2016  
Requerente: CMAD  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À CMFC, para cumpridas as formalidades legais providenciar a realização da despesa.

Expediente: Req./2016  
Processo: 0016459-7/2016  
Requerente: Artur Onório Guerra de Moraes  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À CMGP. Autorizo. Segue para as providências necessárias

Expediente: CI 042/2016  
Processo: 0008013-3/2016  
Requerente: DMSM  
Assunto: Solicitação  
Despacho: Autorizo. À CPL-SRP, para abertura do devido processo licitatório.

Expediente: Ofício CGMP Nº 2042/2016  
Processo: 0021775-4/2016  
Requerente: Dr. Renato da Silva Filho  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À CMAD, para informa quanto a possibilidade do bebedouro. Com cópia a CMTI para análise e pronunciamento.

Expediente: Ofício 055/2016  
Processo: 0019693-1/2016  
Requerente: Yve Rodrigues Mendes da Silva  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À CMAT. Segue para as providências necessárias.

Expediente: Ofício 043/2016  
Processo: 0019695-3/2016  
Requerente: Dra. Isabela Rodrigues Bandeira Carneiro Leão  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À CMAD, para análise e pronunciamento quanto ao pedido.

Expediente: Ofício 097/2016  
Processo: 0019985-5/2016  
Requerente: Dr. Érico de Oliveira Santos  
Assunto: Solicitação  
Despacho: Ciente. Devolva-se a CMGP para aguardar resposta do teor do apoio nº 99/2016

Expediente: CI 123/2016  
Processo: 0021426-6/2016  
Requerente: Dra. Selma Magda Barreto  
Assunto: Solicitação  
Despacho: Autorizo. À CPL-SRP para abertura do devido processo licitatório.

Expediente: CI 0039/2016  
Processo: 0017483-5/2016  
Requerente: Dr. Carlos Alberto Pereira Vitória  
Assunto: Solicitação  
Despacho: Encaminhe-se ao Gabinete do Exmo. Sr. PGJ para colhimento da assinatura

Expediente: CI 057/2016  
Processo: 0019450-1/2016  
Requerente: DEMPPO  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À CMFC, para cumpridas as formalidades legais providenciar a realização da despesa

Expediente: CI 052/2016  
Processo: 0019019-2/2016  
Requerente: DMDRH  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À AMPEO, para informar a dotação orçamentária.

Expediente: Ofício 103/2016  
Processo: 0021923-8/2016  
Requerente: Dr. Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda  
Assunto: Solicitação  
Despacho: **Com base nas informações prestadas no Ofício GPG Nº 103/2016, recebido no dia 1º/07/2016, pela Secretaria Geral do Ministério Público, determino a instauração de sindicância para apurar os fatos narrados no mencionado documento.**

Expediente: CI 085/2016  
Processo: 0021515-5/2016  
Requerente: DEMPAG  
Assunto: Solicitação  
Despacho: Publique-se. Após, devolva-se à CMGP, para as necessárias providências.

Expediente: Ofício CGMP nº 2040/2016  
Processo: 0021781-1/2016  
Requerente: Dr. Renato da Silva Filho  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À CMGP, para pronunciamento.

Expediente: CI 041/2016  
Processo: 0021600-0/2016  
Requerente: CERIMONIAL  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À GMECS. Segue para as providências necessárias.

Expediente: Ofício 141/2016  
Processo: 0019465-7/2016  
Requerente: Dr. Mário L.C. Gomes de Barros  
Assunto: Solicitação  
Despacho: Ao Gabinete do PGJ, para análise e consideração quanto a criação de função

Recife, 11 de Julho de 2016

**Aguinaldo Fenelon de Barros**  
Secretário-Geral do Ministério Público

O Exmo. Sr. Secretário Geral Adjunto do Ministério Público de Pernambuco, Valdir Francisco de Oliveira, exarou os seguintes despachos:

**No dia 11/07/16**

Expediente: CI 124/2016  
Processo nº 0021882-3/2015  
Requerente: ESMP  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À CMAD. Para pronunciamento quanto a disponibilidade do auditório nos dias solicitados.

Expediente: CI 79/2016  
Processo nº 0021224-2/2016  
Requerente: CMAD  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À CMFC. Segue para as providências, após enviar à CMAD para assinatura dos atestos, retornando a SGMP para autorização.

Expediente: CI 118/2016  
Processo nº 0021799-1/2015  
Requerente: CMAD  
Assunto: Solicitação  
Despacho: À CMFC para, cumpridas as formalidades legais, providenciar a realização da despesa.

Secretaria Geral do Ministério Público  
- Recife, 11 de julho de 2016.

**Valdir Francisco de Oliveira**  
Secretário Geral Adjunto do Ministério Público

## Comissão Permanente de Licitação - CPL/SRP

### RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

**RATIFICO** o Termo de **Dispensa de Licitação nº 004/2016** da Comissão Permanente de Licitação - CPL/SRP, nos autos do **Processo Licitatório nº 033/2016**, com fundamento no Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, objetivando a contratação do **SISMETA CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA., CNPJ nº 00.442.460/0001-70**, para realização de processo de seleção pública para o credenciamento de estudantes de Instituições de Ensino Superior e Técnico conveniadas com a Procuradoria Geral de Justiça, no Programa de Estágio de Nível Universitário e Médio do Ministério Público de Pernambuco (PENUM/MPPE), relativo ao exercício de 2017/2018, para preenchimento imediato de 20 (vinte) vagas de nível superior e cadastro de reserva para nível superior para o interior, e técnico para capital e região metropolitana, sem custos para o MPPE. Determino que sejam adotados os procedimentos necessários à contratação da citada Empresa.

Recife, 11 de julho de 2016.

**Aguinaldo Fenelon de Barros**  
Secretário Geral do Ministério Público

### RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

**RATIFICO** o Termo de **Dispensa de Licitação nº 005/2016** da Comissão Permanente de Licitação - CPL/SRP, nos autos do **Processo Licitatório nº 035/2016**, com fundamento no Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, objetivando a contratação do **SISMETA CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA., CNPJ nº 00.442.460/0001-70**, para realização dos serviços de confecção, leitura e processamento das folhas de respostas da prova objetiva e elaboração dos relatórios finais do processo de seleção pública para o credenciamento de estudantes de instituições de Ensino Médio conveniadas com a Procuradoria Geral de Justiça no Programa de Estágio de Níveis Universitário e Médio do Ministério Público de Pernambuco VIII PENUM/MPPE, relativo ao exercício de 2017/2018, pelo valor total de 5.000,00 (Cinco mil reais). Determino que sejam adotados os procedimentos necessários à contratação da citada Empresa.

Recife, 11 de julho de 2016.

**Aguinaldo Fenelon de Barros**  
Secretário Geral do Ministério Público

## Promotorias de Justiça

### TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 005/19º PJDC (PP Nº 028/2015-17)

No dia vinte do mês de junho de 2016, na sede da Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania, com atuação em matéria de Proteção e Defesa dos Direitos dos Consumidores do Ministério Público do Estado de Pernambuco, sítia à Av. Visconde de Suassuna, 99, 1º andar, sala 23, no bairro de Santo Amaro, Recife, Pernambuco, presentes a representante do Ministério Público do Estado de Pernambuco, **Liliane da Fonsêca Lima Rocha**, 19ª Promotora de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital com atuação na Defesa do Consumidor, doravante denominada **COMPROMITENTE**, bem como os Srs. **EURICO JOSÉ DE SOUZA** e **JOSELENO VENTURA DE SOUZA**, na qualidade de representantes legais das respectivas empresas: **EURIPAN INDUSTRIA & COMERCIO REPRESENTACAO LTDA – ME**, CNPJ 12.256.420/0001-12, R. São Bernardo, nº 216, B, Capibaribe, São Lourenço da Mata/PE, CEP 54.705-140; **VENTURA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA – EPP**, CNPJ 09.595.042/0001-97, com endereço à R. José Olimpio da Cunha, nº 320, Jaboatão dos Guararapes/PE, CEP 54.460-210, doravante denominadas **COMPROMISSÁRIAS**, nos termos do Artigo 5º, § 6º, da Lei 7.437/85 (Lei da Ação Civil Pública), com a intervenção da Agência Pernambucana de Vigilância Sanitária - APEVISA, representada por Dr. Jaime Brito de Azevedo, firmam o presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA** nos autos do Procedimento Preparatório nº 028/15-17, na forma e condições das cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA (DO OBJETO):** O presente Termo de Ajustamento de Conduta tem por objeto o cumprimento da Legislação de Produtos e Aditivos para Panificação, dentre as quais a Lei nº 10.273/2001, Resolução ANVISA nº 383/99 e Resolução RDC ANVISA nº 60/2007 ou outras Resoluções que venham a substituí-las.

**CLÁUSULA SEGUNDA (DAS OBRIGAÇÕES)** - As **COMPROMISSÁRIAS** obrigam-se a:

I-Não fabricar, comercializar, armazenar, distribuir e ofertar produtos que contenham Bromato em sua composição ou produtos que não sejam permitidos por Lei;  
II-Suspender, de imediato, a fabricação, armazenamento, distribuição, comercialização e oferta de qualquer produto que tenha apresentado resultado insatisfatório em virtude da presença de Bromato em sua composição, até que nova análise laboratorial realizada pelo LACEN/PE ou outro laboratório oficial, em amostra coletada pela APEVISA apresente resultado satisfatório;  
III-Informar ao Ministério Público e à APEVISA no prazo de 48 (quarenta e oito), a contar do recebimento do laudo com resultado insatisfatório, a suspensão de que trata o inciso II;

**CLÁUSULA TERCEIRA (DA MULTA PECUNIÁRIA):** As **COMPROMISSÁRIAS** ficarão sujeitas à multa diária cominatória no valor de R\$ 80.000 (oitenta mil reais) por cada lote de produto fabricado, armazenado, distribuído, comercializado ou ofertado em desacordo com os Inciso I e II da CLÁUSULA SEGUNDA, cumulativamente, cujo montante será revertido para o Fundo Estadual de Defesa do Consumidor, sem prejuízo das demais sanções cabíveis inclusive no âmbito penal;  
Em caso de descumprimento do Inciso III da Cláusula Segunda, a multa cominatória será no valor de R\$ 50.000 (cinquenta mil reais)

**CLÁUSULA QUARTA (DO TERMO INICIAL DA EXIGIBILIDADE DAS OBRIGAÇÕES):** As obrigações contidas no presente Termo de Ajustamento de Conduta serão exigíveis a partir da data da assinatura do presente instrumento;

**CLÁUSULA QUINTA** - A APEVISA, na qualidade de interveniente: I - Procederá as coletas das amostras para análises e encaminhará ao LACEN/PE;  
II - Enviará os resultados dos laudos laboratoriais à Promotoria signatária e, confirmado o resultado insatisfatório, adotará as medidas cabíveis no âmbito de sua atribuição;

**CLÁUSULA SEXTA**- – O Ministério Público do Estado de Pernambuco fará publicar no Diário Oficial do Estado o presente Termo de Ajustamento de Conduta.

E, por estarem certos e acordados, assinam o presente Termo de Ajustamento de Conduta, para que produza os efeitos legais.

Recife, 20 de junho de 2016

**LILIANE DA FONSÊCA LIMA ROCHA**  
19º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital com atuação na Defesa do Consumidor

**JAIME BRITO DE AZEVEDO**  
Gerente Geral da APEVISA

**ENEIDA LACERDA**  
APEVISA

**VALTER OLIVEIRA PONTES JUNIOR**  
OAB Nº 14261  
VENTURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

**EURICO JOSÉ DE SOUZA**  
CPF Nº 856.529.624-53  
EURIPAN IND. E COM, REPRESENTAÇÕES

**JOSELENO VENTURA DE SOUZA**  
RG Nº 8585936 SSP/PE  
VENTURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

**19ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL COM ATUAÇÃO NA DEFESA DO CONSUMIDOR**

### TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 006/19º PJDC (PP Nº 028/2015-17)

No dia vinte do mês de junho de 2016, na sede da Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania, com atuação em matéria de Proteção e Defesa dos Direitos dos Consumidores do Ministério Público do Estado de Pernambuco, sítia à Av. Visconde de Suassuna, 99, 1º andar, sala 23, no bairro de Santo Amaro, Recife, Pernambuco, presentes a representante do Ministério Público do Estado de Pernambuco, **Liliane da Fonsêca Lima Rocha**, 19ª Promotora de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital com atuação na Defesa do Consumidor, doravante denominada **COMPROMITENTE**, bem como o Sr. **MARIO TEIXEIRA CARDOSO JUNIOR**, na qualidade de representante legal da empresa: **SANTA LEOPOLDINA ALIMENTOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA – EPP**, CNPJ nº 35.335.868/0001-27, com endereço à R. Rio Xingu, nº 527, Iburu, Recife/PE, CEP 51.240-040, doravante denominada **COMPROMISSÁRIA**, nos termos do Artigo 5º, § 6º, da Lei 7.437/85 (Lei da Ação Civil Pública), com a intervenção da Agência Pernambucana de Vigilância Sanitária - APEVISA, representada por Dr. Jaime Brito de Azevedo, firmam o presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA** nos autos do Procedimento Preparatório nº 028/15-17, na forma e condições das cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA (DO OBJETO):** O presente Termo de Ajustamento de Conduta tem por objeto o cumprimento da Legislação de Produtos e Aditivos para Panificação, dentre as quais a Lei nº 10.273/2001, Resolução ANVISA nº 383/99 e Resolução RDC ANVISA nº 60/2007 ou outras Resoluções que venham a substituí-las.

**CLÁUSULA SEGUNDA (DAS OBRIGAÇÕES)** - A **COMPROMISSÁRIA** obriga-se a:

I-Não fabricar, comercializar, armazenar, distribuir e ofertar produtos que contenham Bromato em sua composição ou produtos que não sejam permitidos por Lei;  
II-Suspender, de imediato, a fabricação, armazenamento, distribuição, comercialização e oferta de qualquer produto que tenha apresentado resultado insatisfatório em virtude da presença de Bromato em sua composição, até que nova análise laboratorial realizada pelo LACEN/PE ou outro laboratório oficial, em amostra coletada pela APEVISA apresente resultado satisfatório;  
III-Informar ao Ministério Público e à APEVISA no prazo de 48 (quarenta e oito), a contar do recebimento do laudo com resultado insatisfatório, a suspensão de que trata o inciso II;

**CLÁUSULA TERCEIRA (DA MULTA PECUNIÁRIA):** A **COMPROMISSÁRIA** ficará sujeita à multa diária cominatória no valor de R\$ 80.000 (oitenta mil reais) por cada lote de produto fabricado, armazenado, distribuído, comercializado ou ofertado em desacordo com os Incisos I e II da CLÁUSULA SEGUNDA, cumulativamente, cujo montante será revertido para o Fundo Estadual de Defesa do Consumidor, sem prejuízo das demais sanções cabíveis inclusive no âmbito penal;  
Em caso de descumprimento do Inciso III da Cláusula Segunda, a multa cominatória será no valor de R\$ 50.000 (cinquenta mil reais)

**CLÁUSULA QUARTA (DO TERMO INICIAL DA EXIGIBILIDADE DAS OBRIGAÇÕES):** As obrigações contidas no presente Termo de Ajustamento de Conduta serão exigíveis a partir da data da assinatura do presente instrumento;

**CLÁUSULA QUINTA** - A APEVISA, na qualidade de interveniente: I - Procederá as coletas das amostras para análises e encaminhará ao LACEN/PE;  
II - Enviará os resultados dos laudos laboratoriais à Promotoria signatária e, confirmado o resultado insatisfatório, adotará as medidas cabíveis no âmbito de sua atribuição;

**CLÁUSULA SEXTA**- – O Ministério Público do Estado de Pernambuco fará publicar no Diário Oficial do Estado o presente Termo de Ajustamento de Conduta.

E, por estarem certos e acordados, assinam o presente Termo de Ajustamento de Conduta, para que produza os efeitos legais.

Recife, 20 de junho de 2016

**LILIANE DA FONSÊCA LIMA ROCHA**  
19º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital com atuação na Defesa do Consumidor

**JAIME BRITO DE AZEVEDO**  
Gerente Geral da APEVISA

**MARIO TEIXEIRA CARDOSO JUNIOR**  
CPF Nº 020.489.994-89  
SANTA LEOPOLDINA ALIMENTOS IND. E COM. LTDA